

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

(Do Sr. NEREU CRISPIM)

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para dispor sobre a Audiência de Custódia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para dispor sobre a Audiência de Custódia.

Art. 2º O art. 306 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º.

“Art. 306.

.....

§3º Toda pessoa presa em flagrante delito, independentemente da motivação ou natureza do ato, será obrigatoriamente apresentada, em até vinte e quatro horas da comunicação do flagrante, à autoridade judicial competente, e ouvida sobre as circunstâncias em que se realizou sua prisão ou apreensão e sobre os fatos que ensejaram a decretação da prisão.

§4º A oitiva colhida em audiência de custódia constitui meio *de prova em eventual ação penal, devendo ser considerada pelo juiz na prolação da sentença.*

§5º Antes da apresentação da pessoa presa em flagrante ao juiz, será assegurado seu atendimento prévio e reservado por advogado por ela constituído ou defensor público, sem a presença de agentes policiais, sendo esclarecidos por funcionário credenciado os motivos, fundamentos e ritos que versam a audiência prevista no §3º.

§6º Na audiência de que trata o §3º, serão ouvidas as testemunhas, a vítima, o preso em flagrante, os policiais

responsáveis pela condução do preso, assim como colacionadas as provas possíveis.

§7º As provas colhidas na audiência de que trata o §3º serão aproveitadas em instrução de eventual processo penal instaurado em face do preso em flagrante. "(NR)

§ 8º O prazo previsto no § 3º poderá ser prorrogado para até 72 duas horas da comunicação do flagrante, mediante decisão fundamentada pela autoridade judicial competente.

Art. 3º O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passa a vigorar com a inclusão do seguinte art. 306-A:

Art. 306-A Nos crimes de ação pública, na audiência de que trata o §3º do art. 306, é facultado ao Ministério Público oferecer denúncia, caso entenda haver indícios suficientes de materialidade e de autoria.

§1º Oferecida a denúncia, será facultada a defesa oferecer imediatamente e oralmente defesa prévia.

§2º Após oportunizada a apresentação da defesa, o juiz, se não rejeitar liminarmente a denúncia, recebê-la-á e citará o acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.

§3º Recebida a denúncia, o juiz deverá converter a prisão em flagrante em preventiva.

Art.4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Audiência de Custódia é instrumento processual que permite que todo o indivíduo preso em flagrante seja levado à presença da autoridade judicial em um prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para que sejam avaliados a legalidade e a necessidade de se manter a prisão. Tendo em vista a falta de regulamentação legal que desse as condições necessárias para que esse direito fosse exercido, o Conselho Nacional de Justiça no dia 15 de dezembro de 2015, editou a Resolução nº 213, de 15 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas, regulamentando o procedimento da Audiência de Custódia.

Os procedimentos previstos na Resolução trazem inovações que exorbitam os limites da organização e funcionamento do Poder Judiciário e avançam na seara de competência legislativa do Congresso Nacional. Em outras palavras, tendo em vista que art. 22, I da Constituição Federal preceitua que compete privativamente à União legislar, entre outros, sobre Direito Penal e processo penal, a matéria regulamentada por meio da Resolução n.º 213, de 15.12.2015, do CNJ, deveria ser tratada por meio da edição de Lei Federal.

Desse modo, apresentamos a presente sugestão legislativa, com o objetivo de sanar, assim como dar mais efetividade, a Audiência de Custódia. Pretendemos transformar a Audiência de Custódia em audiência preliminar, na qual o Ministério Público, nos crimes de ação pública, caso entenda haver indícios suficientes de materialidade e autoria, ofereça denúncia de imediato. Outrossim, caso o juiz receba a denúncia, a prisão em flagrante seja automaticamente convertida em prisão preventiva.

Diante do exposto, esperamos contar com o decisivo apoio dos nobres Pares para a sua aprovação, para essa medida que tanto contribuirá para dar maior celeridade e efetividade em nosso sistema de justiça criminal.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputado NEREU CRISPIM